

**Ney Alves Veras**

Mestre em Direito pela UGF-RJ. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário de Campo Grande. Professor de Direito Processual Civil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coautor dos livros: “Comentários ao Novo Código de Processo Civil” (2016) pela Editora Saraiva; “Novo Código de Processo Civil Comparado” e “Novo CPC- Análise doutrinária” (2015), pela Editora Contemplar, além do “Manual de Direito Processual Civil” (2ª Edição) pela Editora Saraiva (2014). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), da Associação Brasileira de Direito Processual (AB-DPro) e da Instituição Brasileira de Direito Público (IBDPub). Professor da Escola de Direito Processual Civil de Mato Grosso do Sul. Parecerista da Revista de Informação Legislativa do Senado Federal (Qualis A2 na área do Direito).

**Mario do Carmo Ricalde**

Advogado militante. Pós-graduando em Direito Processual Civil pela Rede de Ensino LFG. Autor dos livros Direito Eleitoral e A Prática do Novo Código de Processo Civil. Organizador das obras Vade Mecum Jurídico e Mini Novo Código de Processo Civil.

# EXECUÇÃO E RECURSOS

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA,  
PROCESSO DE EXECUÇÃO E  
MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS  
DECISÕES JUDICIAIS

*EDITORA*  
*Contemplar*

ISBN: 978-85-9487-000-1

Autores  
Ney Alves Veras  
Mario do Carmo Ricalde

Diagramação  
Augusto Lameu

Capa e Revisão Gráfica  
Aline Vieira Pipino de Freitas

Revisão Geral  
Mario do Carmo Ricalde

Veras, Ney Alves; Ricalde, Mario do Carmo.

Execução e Recursos / Ney Alves Veras & Mario do Carmo Ricalde. 1ª ed. Campo Grande: Contemplan, 2016.

1. Direito. 2. Processo Civil.

I. Título.

CDD: 340

CDU: 341.465

**Fechamento desta edição: 21/07/2016**

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à

  
EDITORA  
*Contemplan*

Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: [contato@editoracontemplan.com.br](mailto:contato@editoracontemplan.com.br)

site: [www.editoracontemplan.com.br](http://www.editoracontemplan.com.br)

# SUMÁRIO

## PRIMEIRA PARTE

### Da Execução em Geral, Liquidação e Cumprimento de Sentença, Embargos à Execução, da Suspensão e Extinção do Processo de Execução e Modelos Práticos

<b>I - Da Execução em Geral</b> .....	23
<b>1. Introdução ao Estudo da Execução Civil no Novo CPC</b> .....	23
1. Considerações preliminares.....	23
2. Conceito de execução.....	25
3. Processo (autônomo) de execução e fase procedimental executiva.....	27
4. Técnicas de execução: execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	28
4.1. Execução por sub-rogação ou direta.....	28
4.2. Execução por coerção ou indireta.....	29
5. Atos executivos.....	30
6. Das várias espécies de execução.....	31
<b>2. Princípios Aplicáveis à Execução Civil no Novo CPC</b> .....	33
1. Introdução.....	33
2. Princípio de que “não há execução sem título” (ou “ <i>nulla executio sine titulo</i> ”).....	34
3. Princípio da tipicidade dos títulos executivos.....	34
4. Princípio da patrimonialidade.....	36
5. Princípio do exato adimplemento.....	37
6. Princípio do desfecho único.....	38

7. Princípio da disponibilidade da execução .....	39
8. Princípio da utilidade .....	40
9. Princípio da menor onerosidade.....	40
10. Princípio da lealdade e boa-fé processual .....	41
11. Princípio do contraditório .....	41
12. Princípio do respeito à dignidade humana .....	41
<b>3. Partes na Execução.....</b>	<b>43</b>
1. Terminologia .....	43
1.1. Partes .....	43
1.2. Legitimidade .....	43
2. Legitimidade ordinária e extraordinária .....	44
2.1. Legitimidade ordinária .....	45
2.1.1. Primária, originária ou direta .....	45
2.1.2. Secundária, superveniente ou independente.....	45
2.2. Legitimidade extraordinária .....	45
3. Legitimidade ativa.....	46
3.1. Credor a quem a lei confere título executivo .....	46
3.2. Ministério Público.....	46
3.3. Espólio, herdeiros e sucessores .....	47
3.4. Cessionário e o sub-rogado.....	49
3.4.1. Cessionário .....	49
3.4.2. Sub-rogado.....	49
4. Legitimidade passiva.....	51
4.1. Sujeito que figura no título como devedor .....	51
4.2. Espólio, herdeiros e sucessores .....	51
4.3. Novo devedor .....	51
4.4. Fiador judicial.....	52
4.5. Responsável tributário .....	53
5. Litisconsórcio na execução .....	54

<b>4. Competência na Execução</b> .....	57
1. Considerações iniciais.....	57
2. Competência para cumprimento de sentença (NCPC, art. 516) .....	58
2.1. Competência executiva originária dos tribunais (NCPC, art. 516, I).....	59
2.2. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição (NCPC, Art. 516, II).....	60
2.3. Competência para execução de sentença penal condenatória, sentença arbitral e sentença estrangeira (NCPC, art. 516, III).....	61
2.3.1. Sentença penal condenatória transitada em julgado .....	61
2.3.2. Sentença arbitral .....	62
2.3.3. Sentença estrangeira .....	62
3. Competência para o processo de execução autônomo de título executivo extrajudicial (NCPC, art. 781) .....	63
<b>5. Os Poderes do Juiz na Execução</b> .....	67
1. Considerações iniciais.....	67
2. Dos poderes do juiz e o NCPC.....	69
<b>6. Título Executivo</b> .....	77
1. Considerações iniciais.....	78
2. Requisitos da obrigação contida no título executivo (NCPC, art. 783) .....	79
2.1. Certeza .....	80
2.2. Liquidez .....	80
2.3. Exigibilidade.....	80
3. Títulos executivos judiciais (NCPC, art. 515) .....	80
3.1. As decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	80
3.2. A decisão homologatória de autocomposição judicial .....	81
3.3. A decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza .....	81

3.4. O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	81
3.5. O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial .....	82
3.6. A sentença penal condenatória transitada em julgado .....	83
3.7. A sentença arbitral .....	84
3.8. A sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	84
3.9. A decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça .....	85
4. Títulos executivos extrajudiciais (NCPC, art. 784) .....	85
4.1. A letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque .....	86
4.1.1. Letra de câmbio.....	86
4.1.2. Nota promissória .....	87
4.1.3. Duplicata .....	87
4.1.4. Debênture.....	88
4.1.5. Cheque.....	88
4.2. A escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	88
4.3. O documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas.....	88
4.4. O instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	89
4.5. O contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	89
4.6. O contrato de seguro de vida em caso de morte.....	89
4.7. O crédito decorrente de foro e laudêmio .....	90
4.8. O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio .....	90

4.9. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei .....	91
4.10. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas .....	92
4.11. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei .....	92
4.12. Todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva .....	93
5. Da Exigibilidade da Obrigação .....	93
<b>7. Responsabilidade Patrimonial .....</b>	<b>97</b>
1. Obrigação e responsabilidade patrimonial .....	97
2. Responsabilidade patrimonial primária (NCPC, art. 789).....	98
3. Responsabilidade patrimonial secundária (NCPC, art. 790).....	99
3.1. Do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória .....	99
3.1.1. Execução fundada em direito real.....	99
3.1.2. Execução fundada em obrigação reipersecutória.....	100
3.2. Do sócio, nos termos da lei .....	101
3.3. Do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	102
3.4. Do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida .....	103
3.5. Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução .....	103
3.6. Cujas alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores .....	105
3.7. Do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica .....	105
3.7.1. Considerações iniciais.....	105
3.7.2. Desconsideração inversa .....	109

4. Disposições pertinentes à execução .....	109
5. Direito de retenção .....	112
<b>8. Principais Inovações do Processo de Execução na Sistemática Jurídica Brasileira.....</b>	<b>115</b>
<b>9. Das Diversas Espécies de Execução .....</b>	<b>133</b>
1. Considerações iniciais.....	133
1.1. Obrigações alternativas .....	138
1.2. Emenda à petição inicial.....	139
1.3. Interrupção da prescrição .....	139
1.4. Nulidade da execução .....	141
1.5. Alienação de bem gravado .....	145
1.6. Princípio da execução menos gravosa ao executado .....	147
2. Da execução para a entrega de coisa.....	147
2.1. Da entrega de coisa certa.....	147
2.2. Da entrega de coisa incerta.....	150
2.3. Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer .....	152
2.3.1. Da obrigação de fazer .....	154
2.3.2. Da obrigação de não fazer .....	156
3. Da execução por quantia certa.....	157
3.1. Considerações iniciais .....	157
3.2. Da citação do devedor e do arresto.....	158
3.3. Da penhora, do depósito e da avaliação .....	161
3.3.1. Do objeto da penhora.....	161
3.3.1.1. Bens impenhoráveis.....	162
3.3.1.2. Ordem preferencial da penhora .....	163
3.3.2. Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	165
3.3.3. Do lugar de realização da penhora .....	167
3.3.4. Das modificações da penhora.....	168
3.3.5. Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira .....	169
3.3.6. Da penhora de créditos .....	170

3.3.7. Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas .....	173
3.3.8. Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes .....	175
3.3.9. Da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	176
3.3.10. Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	177
3.3.11. Da avaliação .....	178
3.4. Da expropriação de bens.....	179
3.4.1. Da adjudicação.....	179
3.4.2. Da alienação .....	182
3.5. Da satisfação do crédito .....	201
4. Execução contra a Fazenda Pública .....	203
5. Execução de alimentos .....	204
<b>II - Liquidação e Cumprimento de Sentença .....</b>	<b>207</b>
<b>1. Da Liquidação e Cumprimento de Sentença .....</b>	<b>207</b>
1. Da liquidação de sentença .....	207
1.1. Liquidação por arbitramento .....	210
1.2. Liquidação pelo procedimento comum .....	211
2. Do cumprimento da sentença.....	213
2.1. Disposições gerais.....	213
2.2. Dos títulos executivos judiciais .....	216
2.3. Competência para cumprimento de sentença .....	217
2.4. Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	220
2.4.1. Da caução .....	225
2.4.2. Do requerimento para o cumprimento provisório da sentença.....	226
2.5. Do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	227
2.5.1. Do requerimento para o cumprimento definitivo da sentença.....	229

2.6. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos .....	234
2.7. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	237
2.8. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	241
2.8.1. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer .....	241
2.8.2. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	243
<b>III - Embargos à Execução .....</b>	<b>247</b>
<b>1. Dos Embargos à Execução .....</b>	<b>247</b>
1. Considerações iniciais.....	247
2. Dos prazos .....	247
3. Do parcelamento .....	248
4. Das alegações.....	251
5. Do excesso de execução .....	252
6. Do efeito suspensivo .....	253
<b>IV - Suspensão e Extinção do Processo de Execução.....</b>	<b>255</b>
<b>1. Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução.....</b>	<b>255</b>
1. Da suspensão do processo de execução.....	255
1.1. Das hipóteses de suspensão da execução .....	255
1.2. Da suspensão da execução por convenção das partes .....	258
1.3. Da suspensão da execução .....	259
2. Da extinção do processo de execução.....	260
<b>V - Modelos Práticos .....</b>	<b>263</b>
<b>1. Modelos de Ações .....</b>	<b>263</b>
1. Cumprimento de sentença (Modelo 1) .....	264

2. Cumprimento de sentença (Modelo 2) .....	266
3. Ação de execução por quantia certa .....	268
4. Ação de execução de taxas de condomínio (Modelo 1).....	271
5. Ação de execução de taxas de condomínio (Modelo 2).....	274
6. Ação de execução de título extrajudicial .....	277
7. Embargos à execução (Modelo 1).....	281
8. Embargos à execução (Modelo 2).....	284
9. Embargos à execução (Modelo 3).....	326
10. Pedido de parcelamento de execução .....	328
11. Embargos de terceiro .....	329

## **SEGUNDA PARTE**

### **Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais, Recursos em Espécie e Modelos Práticos**

<b>1. Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais .....</b>	<b>339</b>
1. Da ordem dos processos no tribunal .....	339
2. Do incidente de assunção de competência.....	350
3. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	353
4. Do conflito de competência .....	355
5. Da homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória.....	358
6. Da ação rescisória.....	365
7. Do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	382
8. Da reclamação .....	401

<b>2. Dos Recursos em Espécie</b> .....	407
1. Disposições gerais .....	407
2. Da apelação .....	416
3. Do agravo de instrumento .....	425
4. Do agravo interno .....	430
5. Dos embargos de declaração .....	435
6. Do recurso ordinário .....	451
7. Do recurso extraordinário e do recurso especial.....	453
8. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	475
9. Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .....	485
10. Dos embargos de divergência.....	487
<b>3. Modelos Práticos</b> .....	491
1. Ação Rescisória (Modelo 1).....	491
2. Ação Rescisória (Modelo 2).....	498
3. Apelação (Razões) .....	500
4. Apelação (Contrarrazões) .....	504
5. Agravo de Instrumento .....	508
6. Agravo Interno .....	512
7. Embargos de Declaração (Modelo 1).....	516
8. Embargos de Declaração (Modelo 2).....	521
9. Embargos de Declaração (Modelo 3).....	523
10. Recurso Ordinário .....	528
11. Recurso Extraordinário .....	530
12. Recurso Especial.....	533
13. Agravo em Recurso Especial .....	536
14. Embargos de Divergência .....	540

**TERCEIRA PARTE****Enunciados do FPPC e Resoluções do Conselho Nacional de Justiça**

<b>1. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis .....</b>	<b>545</b>
<b>2. Resoluções do Conselho Nacional de Justiça .....</b>	<b>565</b>
1. Resolução nº 236, de 13/07/2016 .....	567
2. Resolução nº 235, de 13/07/2016 .....	577
3. Resolução nº 233, de 13/07/2016 .....	593
4. Resolução nº 232, de 13/07/2016 .....	598
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>601</b>